RESUMO EXECUTIVO da A T A

Aos dezesseis dias de fevereiro de 2011 reuniram-se no Auditório da Cetesb, situado à Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345-Prédio 6, 1º andar, São Paulo-SP, os Conselheiros, representantes e convidados do CBH-AT, para tratar da pauta, conforme Ofício de Convocatória CBH-AT nº 06/2011.

O Presidente Marco Aurélio Bertaiolli, prefeito de Mogi das Cruzes abriu a reunião dando as boas vindas. A Ata da reunião anterior ocorrida em dezesseis de dezembro de 2010 foi aprovada. Walter Teschi, novo Coordenador de Recursos Hídricos fez suas saudações aos membros do colegiado do Comitê, dando ênfase na importância do sistema integrado de gerenciamento dos recursos hídricos especialmente em regiões densamente povoadas e com baixa disponibilidade hídrica como no caso da Bacia do Alto Tietê e suas sub-bacias. Considerou o gerenciamento como grande desafio instando para necessidade de estarem unidos nesse processo, disse "Essa Coordenadoria que é um movimento de articulação diria, de animação, é assim que entendemos o governo público, para consolidar com essa visão que orienta e motiva, com o espaço territorial tendo como base as bacias hidrográficas (...) e se não tivermos princípios será muito difícil, os valores de princípios nos orientam para navegar dentro dos conflitos sociais, às vezes parece negativo nas relações pontuais mas no médio e longo prazo nos deixa tranquilos...", desejou bons trabalhos e se colocou a disposição. A Secretária Executiva do CBH-AT Maria Emília Botelho (Cetesb) comunicou alterações na participação de membros representando o segmento da Sociedade Civil Organizada: Horácio Pedro Peralta com representação da APCMA e Miron Rodrigues da Cunha pela CDPEMA. O Presidente comunicou e convidou todos para participarem do Seminário promovido pelo CBH-AT como marco de encerramento de sua gestão e como uma contribuição científica aos trabalhos do Comitê, para o dia 17 de março na Associação Comercial de São Paulo, incluindo palestra e divulgação da pesquisa contratada junto ao Instituto Ibope sobre a percepção e hábitos de consumo dos recursos hídricos pela população da região metropolitana.

Pela pauta, entrando no item das deliberações, foi aprovada a deliberação que estabelece área de restrição e controle para captação e uso das águas subterrâneas do município de São Paulo na região Jurubatuba. A Secretária lembrou que a audiência pública foi realizada em 20 de dezembro no Centro de Convenções do SENAC Santo Amaro e a Ata estava disponível. Na apresentação do tema Ruy Sellmerl (DAEE) explicou que a área é contaminada por organoclorados, que a área de alta restrição só pode utilizar água para fins industrial nos poços já existentes, na área de média restrição é permitido uso em duas modalidades, mas não para perfuração de poços novos. Para baixa restrição é permitido perfurar poços novos. Antes da deliberação tinham uma área de 30km² e agora a área é de 60 km² sendo que a área totalmente restrita está concentrada, por isso a redução pela metade. Foi aprovada deliberação que dispõe sobre identificação da natureza das demandas, da aprovação de critérios de pontuação e da hierarquização dos empreendimentos financiados com recursos do FEHIDRO destinados ao CBH-AT, para o exercício de 2011, e que dá outras providências. Para chegarem ao documento final, foram realizadas 5 reuniões. Em destaque: os investimentos contemplam PDC 1 - PG19, PG 65, PG 66; PDC 2 - PG 34; PDC 5 - PG 12; PDC 7 - DI 26 e PDC 8 - DI 41 e para obras foi definido o PDC 3 - CA20. Como demanda induzida DI 41 e tem que estar vinculadas aos objetivos das demais demandas induzidas PG 66, PG 34 e CA 20. Houve reajuste de valores, para as demandas induzidas como estudos, planos e projetos, no valor máximo de R$ 910.000. Serviços, aquisição de equipamentos e obras R$ 1.300.000 e para demanda espontânea, estudo, planos e projetos R$ 455.000. Para obras R$ 975.000. Dos procedimentos, os projetos deverão ser protocolados na Secretaria Executiva do Comitê até as 15h do dia 15/04/2011, onde haverá avaliação preliminar dos documentos e se necessário será concedido prazo de 10 dias para complementação dos mesmos. Será feita avaliação do Termo de Referência nas Câmaras Técnicas específicas dos Subcomitês e depois os projetos serão pontuados na Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do Alto Tietê CTPG-AT. Os projetos que entrarem para o banco de projetos serão utilizados no mesmo ano havendo saldo de recursos durante o ano, a validade do projeto será para o ano de exercício do recurso. Para entrar no banco de

projetos tem que estar pontuado, qualificado e hierarquizado, pois, no ano seguinte podem mudar as prioridades do Comitê. Na pontuação os PDCs prioritários terão 5 pontos, os que não foram considerados como prioridade, PDC 4 e 6 terão 3 pontos. Na deliberação anterior a contrapartida da Sociedade Civil estava junto com a do Estado e houve separação. Os PDCs são avaliados em cada item de 0 a 5 pontos. No PDC 3 a CRHi solicitou que os Agentes Técnicos elaborassem modelos de Termos de Referência, que deverão ser utilizados nos projetos. A pontuação abrange documentos, enquadramentos dos objetivos do empreendimento, enquadramento dos PDCs prioritários, área de abrangência do empreendimento e contrapartida oferecida pelo tomador, com 14 pontos, que serão 70% da capacidade de pontos possíveis e o Termo de Referência terá avaliação a parte com total de 35 pontos tendo que atingir 24,5 que corresponde a 70% do montante. Jumara Bocatto (Prefeitura São Lourenço da Serra) solicitou esclarecimento sobre a contrapartida e se não ficaria focado apenas no caráter puramente financeiro promovendo critérios injustos para pontuação. Foi esclarecido que as regras para a contrapartida estão no Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO. Eduardo Racciopi (Instituto Aruandista) solicitou nova redação para o Art. 7º inciso VII "c") "Equipamentos que possam ser instalados imediatamente ou posteriormente de existir necessidade de prazo técnico, podendo ser adquiridos como projeto ou como produto terminado". Rui Brasil (Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos) sugeriu estabelecerem um valor piso para contratação dos projetos a fim de não pulverizar demais os recursos, que projetos com valores mínimos trariam pouca contribuição à bacia, e sobretudo, porque onerariam o sistema no quesito gerenciamento. O Presidente considerou pertinente, foi aprovado por unanimidade estabelecimento de piso para o valor pleiteado na contratação de projetos. A deliberação como um todo foi aprovada por unanimidade, devendo os dois destaques encaminhados serem submetidos para definição da CTPG-AT.

A Deliberação sobre alteração de estrutura e funcionamento das Câmaras Técnicas do CBH-AT entrou em pauta, foi explicado que a primeira alteração foi no título, tratando das Câmaras Técnicas do CBH-AT e não mais dos Subcomitês. De acordo com o Art. 5º a composição terá 30 membros cada segmento formalmente indicados, tripartite, sendo 15 representantes do CBH-AT e os outros 15 indicados pelos Subcomitês, e que para a CTPG-AT poderão participar como membros convidados os Secretários Executivos dos Subcomitês e Coordenadores de Câmaras Técnicas do Comitê e dos Subcomitês. Bonfílio Alves (Prefeitura de Caieiras) chamou atenção para melhoria do processo de divulgação das reuniões e sugeriu alteração no Art. 7º, da participação de assessoria técnica com direito a voz, a comunicação prévia ao Coordenador da Câmara Técnica deveria ser antes da instalação da reunião. Jumara (Prefeitura de São Lourenço da Serra) entregou documento à Secretária contendo diversas sugestões do Subcomitê Cotia Guarapiranga, foram citados o 3º considerando, e arts. 2º, 3º, Inciso IX, X, Art. 5º, Inciso II, art. 8º além de outras considerações. Márcia Nascimento (SMA/APE) também fez considerações pelo Subcomitês Billings Tamanduateí, como por exemplo revisão do Art. 17º, e que, no geral, a deliberação poderia ser aprimorada explicitando melhor o entendimento da relação das Câmaras Técnicas do Alto Tietê e os Subcomitês e as Câmaras Técnicas do Subcomitê com o Alto Tietê. Roberto Terassi (ACISE-Embú) concordou, considerou prudente suspender a votação por 10 a 15 dias para considerar todas reivindicações. Rui Brasil considerou relevante lembrarem também que as Câmaras Técnicas não tem poder deliberativo e devem se ater a seu papel de órgão auxiliar apenas do CBH-AT, considerou também, como preocupação, que talvez a participação de 30 membros nas reuniões não seria produtivo, e para o art. 9º disse "...me parece muito fraco esse link do plano de trabalho com os documentos mais importantes do Comitê, que é o plano da bacia, acho que para a Câmara Técnica como órgão auxiliar do Comitê o trabalho tem que estar inteiramente pautado na decisão do plenário, nos encaminhamentos que o Presidente fizer para ela, porque caso contrário essas Câmaras Técnicas podem virar plenários paralelos e ter pautas próprias, então acho importante esse plano de trabalho mas ele tem de ser aprovado para cada Câmara Técnica nesse plenário." Nelson Pedroso (AGDS) disse que pela experiência da Câmara Técnica de Educação Ambiental a participação numerosa não atrapalhava o andamento das reuniões, que era importante acompanhar os temas mais pertinentes pautados e discutidos pelo COFEHIDRO, CRH e

CNRH, e também solicitou efetiva participação na reunião da CTPG para finalizarem o texto da deliberação inclusive porque ainda tinham uma pauta muito importante para tratar, a reforma do estatuto. Foi deliberado que o documento final seria elaborado em uma nova reunião da CTPG no dia 24 de fevereiro, na FABH-AT, e as contribuições para o texto seriam recebidas até o dia 22 de fevereiro, além disso na próxima reunião plenária do Comitê, dia 31 de março, a deliberação seria votada. Foi aprovada por unanimidade a deliberação que aprova o calendário e constituiu da Comissão de Acompanhamento do Processo Eleitoral. A Comissão Eleitoral foi composta por Dayana da Silva Bueno - APCMA, Nelson Pedroso - AGDS e Eloisa Helena Mannis – FIESP, representando Sociedade Civil Organizada, pelas Prefeituras de São Paulo, Mogi das Cruzes e Cajamar e pelos órgãos do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, CETESB e Secretaria de Meio Ambiente. A deliberação *Ad Referendum* que estabelece o cronograma pelo uso da água na bacia do Alto Tietê para os anos de 2011 a 2013 foi amplamente debatida, a íntegra dos debates está na Ata de inteiro teor, pelo exposto o Presidente considerou que ainda restavam muitas dúvidas para a matéria ser aprovada em plenária e remeteu, com aprovação da plenária, o ajuste final do calendário também para a reunião do dia 24 de fevereiro, no período da tarde, devendo ser aprovado na plenária do Comitê no dia 31 de março. Foi aprovada por unanimidade a Deliberação que dispõe sobre a mudança da entidade tomadora dos recursos FEHIDRO para confecção do PDPA-Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental do Subcomitê Alto Tietê Cabeceiras para a Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê-FABH-AT. No encerramento dos trabalhos o prefeito Luiz Marinho disse que devido a seus compromissos estava impossibilitado, no momento, de candidatar-se a Presidência do Comitê, e agradeceu o apoio de todos. Nelson Pedroso renovou o compromisso com o prefeito Luiz Marinho para que sua candidatura ocorresse após 2 anos, e comunicou que o segmento Sociedade Civil Organizada apresentaria candidato para ocupar o cargo de Presidente, o Presidente Marco Bertaiolli considerou legítimo mas que o processo para escolha da Presidência seria conduzido com o segmento dos prefeitos.

A Secretária Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê coordenou a confecção desta ata, que está em conformidade com a ata completa, a qual contém a íntegra desta reunião plenária ordinária, e está também em conformidade com as laudas taquigráficas.